

A Universidade Necessária: o compromisso civilizatório de Darcy Ribeiro

Lia Faria*, Carla Villanova** e Silvio Souza***

Resumo: Este artigo analisa o pensamento-ação de Darcy Ribeiro e como seus “fazimentos” influenciaram a educação superior brasileira. Com uma intensa participação política, nos anos 1960, criou a Universidade de Brasília (UnB) e, posteriormente, a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), já nos anos 1990. O presente estudo afirma a importância do pensamento humanista e das ações do intelectual Darcy Ribeiro para a universidade no Brasil e na América Latina, inspirado na diversificação dos povos e no reconhecimento do que chamou de “processo civilizatório” para a construção da Universidade Necessária.

Palavras-chave: Darcy Ribeiro. Universidade Necessária. Processo Civilizatório.

Abstract: This work analyzes the path made by Darcy Ribeiro and how his thoughts and acts influenced Brazilian education, mostly the university. He had an intense political participation in the 1960s, with the creation of the Universidade de Brasília (UnB), and of the Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) in the 1990s. This work talks about the importance of Darcy Ribeiro’s humanist thoughts and actions to the university in Brazil and Latin America, as he understood the importance of the pluralities of peoples and of what he called the “civilizing process” to the creation of the Necessary University.

Keywords: Darcy Ribeiro. Necessary University. Civilizing Process.

Resumen: Este estudio investiga el sentido de la universidad en el pensamiento de Darcy Ribeiro. Como su pensamiento contribuyó para el proceso de construcción y de autonomía de la Universidade de Brasília (UnB) en los años 1960 y de la Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) en los años 1990. El presente trabajo resalta la importancia del pensamiento humanista del intelectual Darcy Ribeiro. Se abordan sus hechos acerca de la Universidad Brasileña y la diversificación de los pueblos latinoamericanos a lo que Darcy Ribeiro llamó “proceso civilizatorio” y la idea de una Universidad Necesaria.

Palabras-clave: Darcy Ribeiro. Universidad Necesaria. Proceso Civilizatorio.

* Professora titular aposentada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ UERJ, professora colaboradora no Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROPEd). Coordena o Laboratório Educação e República (LER). Pós-doutora em Educação pela Universidade de Lisboa (2012) e em Ciência Política pelo IUPERJ (2008), doutora em Educação (UERJ/1996).

** Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ) e Orientadora Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias

*** Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ) Professor de Filosofia e Sociologia da Secretaria Estadual de Educação (RJ) e Pesquisador no Grupo de Pesquisa Ideário Republicano e Educação Fluminense (UERJ/Proped-CNPQ).

A questão agora para o Brasil é que nós nos tornemos capazes de um projeto deixando de sermos um povo para os outros, para sermos um povo para nós mesmos. Isto importa em renovações muito profundas em toda a estrutura. Isto aplicado na universidade importa em universidade de um novo tipo. Uma universidade com alto sentido de responsabilidade social. (RIBEIRO, 2007, p. 45).

A epígrafe acima é bastante significativa no que tange ao *pensamento-ação* de Darcy Ribeiro sobre a realidade brasileira, destacadamente no que se refere à edificação do país sobre os pilares da “dependência consentida” pelas elites dirigentes – uma relação que ocasiona o atraso para muitos e a “modernização” para poucos.

Como alternativa a esse processo contínuo de subordinação que vem se perpetuando ao longo de séculos, Darcy afirma a necessidade de mudanças profundas na estrutura social brasileira e indica como um dos caminhos possíveis para uma transformação em bases autônomas, a renovação da universidade como um lócus vital na produção de conhecimentos/saberes e, também, como um polo irradiador de cultura nacional, enfim uma *Universidade Necessária*¹.

Para que possamos refletir/compreender o *pensamento-ação* de Darcy Ribeiro para a universidade brasileira, orientamos nossa argumentação tomando como base uma revisão da literatura, que consiste na análise das obras do próprio Darcy Ribeiro e da contribuição teórica de outros pensadores. Para essa empreitada, entrecruzamos os conhecimentos/saberes das áreas de Filosofia, Ciências Sociais e Educação, a fim de elucidar conceitos e estabelecer relações argumentativas visando o entendimento sobre a autonomia e o papel social da Universidade.

Ainda no campo teórico-metodológico, entendemos que as opções adotadas na abordagem e análise de uma determinada questão precisam ser compatíveis e coerentes com a visão/entendimento de mundo do pesquisador. Nesse sentido, pontuamos que o tema aqui proposto será desenvolvido de forma a contemplar as relações processuais de mudança coerentemente com o acercamento teórico do materialismo histórico, que nos auxilia na compreensão da dinâmica da realidade social e revela as contradições que lhe são inerentes. Destacamos que, ao abordarmos o *pensamento-ação* de Darcy Ribeiro, tal conceito não será analisado de forma linear, mas dialetizando as mudanças possíveis rumo a um novo ordenamento social.

Darcy foi um intelectual marcado pelos contextos de época, e por meio de seu

¹ A expressão *Universidade Necessária* refere-se ao livro que Darcy Ribeiro escreveu no exílio. Trata-se de uma das mais importantes obras como análise crítica dos problemas com que se defronta a América Latina no campo da educação superior. Apresenta uma reflexão sobre a evolução histórica da idéia de universidade, revelando sua função de um instrumento possível para a aceleração do desenvolvimento nacional.

pensamento-ação buscava expressar o melhor da cultura do povo, sem desconhecer as enormes dificuldades sociais, econômicas e políticas. Entretanto, nunca se apresentou como vítima da história, mas como um ético participante dos grandes embates de seu tempo, visando à transformação da realidade cruel e injusta que foi imposta (ou que deixamos impor) aos nossos povos. É oportuna esta observação de Eric Nepomuceno (apud RIBEIRO, 2009, p. 10): “Darcy Ribeiro foi um homem de seu tempo e um intelectual de permanência. Havia nele, acima de tudo, o compromisso ético de mudar a sociedade, para um outro mundo que sabia possível”.

É nesse sentido que Darcy propõe a análise da universidade entendida em sua radicalidade² e que pressupõe aspectos associados às bases do desenvolvimento democrático da nação. Cabe registrar que, tradicionalmente, uma das funções principais dos sistemas educacionais modernos, destacadamente do ensino superior, é a formação das elites condutoras do país e a conseqüente ocupação de cargos político-administrativos, fundamentando a manutenção do *status quo* e perpetuando a idéia equivocada de que o povo deve ficar apartado da universidade. Essa é a base da sua crítica à instituição e para a qual apontava caminhos de superação dessa realidade.

Objetivando ultrapassar a visão de mundo limítrofe das elites (ou frações da elite), Darcy propõe como idéia-força da educação a edificação do autoconhecimento nacional, tarefa em que os sistemas educacionais públicos e suas instituições assumiriam papel de destaque. Toda a sua análise demonstra uma preocupação central com a reorganização do Estado brasileiro, buscando um comprometimento nacionalista dos cidadãos e, principalmente, denunciando o sistema de dominação existente em nosso país. Ao mesmo tempo, ele reconhecia a grande dificuldade em se aliar os “discursos políticos” à política efetiva de transformação das mentalidades e estruturas.

Desta maneira, a distância entre o que deveria ser feito e o que efetivamente se faz, sem dúvida, atormentava (e atormenta) aqueles mais comprometidos com a causa nacional. Segundo Darcy Ribeiro, para que a universidade contribuísse com o saber necessário à construção de uma nação soberana, era necessário construir um arcabouço teórico-prático que possibilitasse gerar alternativas e opções para a renovação de seus órgãos, atuando como referência para o diagnóstico e a crítica das estruturas vigentes:

² Estamos utilizando o termo em seu sentido mais profundo, isto é, “[...] radical (do lat. radicalis) é o que diz respeito à raiz das coisas, à sua natureza mais profunda, sem admitir restrição ou limite” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 229).

Segundo o nosso modo de ver, a evolução sociocultural é gerada por uma série de revoluções tecnológicas correspondentes a inovações prodigiosas no aparelho produtivo ou militar. Cada etapa corresponde a uma formação econômico-social, vale dizer, a uma combinação específica de modos de produção com certas formas de ordenação da vida social e com conteúdos ideológicos correspondentes. Em termos, marxistas, o processo pode ser descrito como uma ruptura provocada por contradições tornadas antagônicas entre as inovações acumuladas nas forças produtivas materiais da sociedade e nas relações de produção preexistentes, rupturas estas que acionam o trânsito de uma formação econômico-social à outra. (RIBEIRO, 1971, p. 25).

Seu objetivo seria a transição entre a universidade real e a *universidade necessária*, com a formulação de um projeto específico de transição progressiva de uma à outra, fazendo oposição aos projetos de colonização cultural e de perpetuação do subdesenvolvimento e da dependência, propondo um projeto próprio que atendesse ao âmbito universitário e apontando pressupostos para o desenvolvimento autônomo da nação. Logo, pensava uma universidade com capacidade de criar e transformar as estruturas sociais no caso brasileiro e, em um escopo mais ampliado, nas demais nações latino-americanas.

Com relação à autonomia, nos cabe neste momento apresentar esse conceito nos limites necessários para a presente análise. Autonomia refere-se à capacidade do ser humano de tomar decisões que afetam e afetarão sua vida e, portanto, a sua integridade físico-psíquica, bem como o seu entorno social. Etimologicamente, a palavra *autonomia* se forma a partir de duas raízes gregas: *autós* e *nómos*. *Autós* significa si mesmo, próprio, algo que se basta, que é peculiar, e *nómos* significa tanto lei como regra ou ordem.

Esse agir autônomo permite ao humano (dentro de seus limites e possibilidades) se livrar das coações externas. Sendo o seu pensamento livre, suas escolhas serão feitas dentro de um movimento de “liberdade”, de decisão e ação própria, mesmo que inserido num grupo social. Em uma condição heterônoma, as decisões e opções são externas ao pensamento racional; situações como ignorância, escassez de recursos materiais, má índole moral entre outras, colocam também limitações que reduzem ou anulam a capacidade de autonomia.

Cabe destacar que o humano inserido em uma sociedade, por maior que seja a sua capacidade de autonomia, estará submetido aos limites e às devidas restrições acordadas democraticamente com os outros integrantes do grupo social com que convive naquele espaço-tempo. Sendo assim, a autonomia deve ser entendida como a capacidade do sujeito de escolher, questionar, decidir e agir na vida privada, bem como atuar na esfera pública, em consonância com os valores socioculturais e as normas coletivas.

Portanto, a autonomia é limitada por condicionamentos e situações sócio-históricas, não podendo ser absoluta. Darcy Ribeiro compreendeu as limitações da autonomia tanto no campo do humano e de suas intersubjetividades quanto no campo institucional da nação ou das nações periféricas sul-americanas (a *Pátria Grande*). Seu grande esforço teórico-prático contemplava a autonomia nacional, reforçando o comprometimento com o “nascimento de uma nova nação”. Ele travava um embate sem tréguas denunciando o atraso das elites nacionais que impediam (e impedem) a formação de uma civilização brasileira autônoma e democrática.

A autonomia assume centralidade no pensamento de Darcy e tem como um dos seus fundamentos a mestiçagem, elemento formador da América Latina e o caminho de nossa própria reinvenção futura. Seu pensamento-ação mirava uma utopia política que libertasse os povos latino-americanos da dominação externa e da mentalidade reacionária das nossas elites políticas:

Surgimos, assim, como Povos Novos, nascidos da desindianização, da deseuropeização e da desafricanização de nossas matrizes. Tudo isso dentro de um processo pautado pelo assimilacionismo, em lugar do *apartheid*. Aqui, jamais se viu a mestiçagem como pecado ou crime. Ao contrário, nosso preconceito reside exatamente na expectativa generalizada de que os negros, os índios e os brancos não se isolem, mas se fundam uns com os outros para compor, numa sociedade morena, civilização mestiça. (RIBEIRO, 1986, p. 112).

Entretanto, o que prevalecia, sob a perspectiva dos grupos hegemônicos, era que: “Aqui, o máximo que se alcança é uma democracia restrita à igualdade dos pares. E assim é porque as classes dominantes latino-americanas são, de fato, muito mais parecidas com o patriciado escravista romano³ do que com qualquer burguesia clássica” (RIBEIRO, 1986, p. 39).

Como estratégia de combate à “democracia restrita à igualdade dos pares”, é vital que a sua proposta de universidade pública se configure como um projeto coletivo, que necessita ser politizado (em seu sentido profundo de deliberação coletiva) para que possamos, concretamente, recuperar a *res* (coisa) pública.

Para abordarmos a práxis de Darcy Ribeiro no tocante ao ideário de universidade, faremos referência a algumas de suas principais proposições apresentadas na obra *A Universidade Necessária*, cuja composição dos textos é basicamente fruto de trabalhos publicados originariamente em diferentes países na época de seu exílio.

³ *Patriciado* deriva de *patricios*, que era o nome dado aos integrantes da aristocracia romana, assim chamados por se considerarem descendentes dos *patres*, isto é, daqueles cujo conjunto formou o Primeiro Senado Romano. Originalmente, os patricios representavam o Estado, o que lhes possibilitou o controle da cidade através de suas instituições.

Logo nas páginas iniciais d'A *Universidade Necessária*, Darcy faz um balanço sobre suas experiências que reflete tanto as mudanças que observa ao longo do tempo no espaço universitário, como também seu próprio processo pessoal e engajamento:

Em cada uma dessas experiências, redefini meu núcleo inicial de idéias sobre a universidade necessária formulado em Brasília, revisando-o frente a diferentes realidades e ampliando-o ante novas exigências. Não a ponto, contudo, de que os primeiros textos devessem ser abandonados, mas na devida medida em que eles exigissem supressão e aditamentos. (RIBEIRO, 1991, p. 02).

O que se observa é que Darcy Ribeiro foi um intelectual dos *fazimentos*⁴, um formulador de teorias e métodos de intervenção na realidade social. Sua ação mais direta sobre a concretude do real e que assumiu maior visibilidade foi o modelo da Universidade de Brasília (UnB) dos anos 1960. Nesse sentido, se revela um descontente diante da convivência da universidade com as forças responsáveis pela dependência e atraso da América Latina, conforme ele mesmo expressa: “Descontentamento com a mediocridade de seu desempenho cultural e científico. E descontentamento com sua irresponsabilidade frente aos problemas dos povos que a mantém” (RIBEIRO, 1991, p. 03).

Como um “descontente-otimista”, seu pensamento é capaz de vislumbrar a ação participativa do intelectual latino-americano efetivamente engajado na construção de uma América Latina consciente do seu potencial e capaz de instituir a primeira civilização solidária, *terra-mater* de um dos principais grupos étnicos do mundo.

Esse é um tema que Darcy procura desenvolver também em outras obras, como no caso de *A América Latina: a Pátria Grande*, coletânea de ensaios que objetiva um entendimento mais ampliado de nossa identidade e de como, historicamente, se processou nossa dependência em relação ao eixo central do capitalismo e a convivência e ferocidade das elites nacionais dominantes aos interesses hegemônicos do capital.

Com suas análises radicais, faz a denúncia da intencionalidade das ditaduras latino-americanas na “parceria” direta com os interesses internacionais:

As novas ditaduras militares do Brasil, da Bolívia, do Chile e da Argentina são também criações norte-americanas. São o correspondente político inevitável do domínio de nossa economia

4 A palavra *fazimento* foi criada e utilizada por Darcy Ribeiro para caracterizar a concretude do pensamento, isto é, o movimento do pensamento (teoria) com a sua ação concreta (prática). Designa a reação do homem às suas condições reais de existência na busca incessante da transformação social. Esse termo nos remete à palavra grega *práxis* (ação-reflexão-ação), que é um conceito utilizado para afirmar a relação dialética entre o homem e a natureza, na qual o homem, ao transformar a natureza com o seu trabalho, transforma a si mesmo.

pelas corporações transnacionais, que, não podendo ser legitimado pelo voto popular, tem que ser imposto pela mão de governos militares. Cada uma delas nos foi imposta através de movimentos programados cuidadosamente em Washington – com a ativa participação internacional (de desestabilização de governos democráticos e progressistas) seguida da apropriação do poder através de golpes de militares ianquizados. Uma vez implantada a nova ordem, seus mandantes atenderam solícitos a voz do amo. (RIBEIRO, 1986, p. 103).

Com o golpe civil-militar no Brasil e a queda do governo João Goulart, só restou como alternativa de sobrevivência o exílio. No período do exílio, Darcy atuou como especialista em reformas universitárias, colaborando com a Universidade da República Oriental do Uruguai (1964), com a Universidade Central da Venezuela (1969/1970), com a Universidade do Chile (1970/1971) e com o sistema universitário do Peru (1973). Portanto, quando Darcy Ribeiro pensa e estrutura a Universidade Necessária, sua reflexão-ação tem como objetivo mais ampliado a América Latina, a realização da *Pátria-Grande*. A base de suas propostas orienta-se por uma perspectiva teleológica de influir o futuro, pois, para Darcy:

Aos povos subdesenvolvidos não cabe qualquer outra orientação, exceto a de que somos povos em estado de ser, cuja forma ainda não foi plasmada. Povos que, em seu fracasso de incorporarem-se, autonomamente, à civilização presente, têm apenas um valor iniludível: sua condição de “tabula rasa”, de projeto do futuro, a realizar-se somente no marco da nova civilização. Povos que, mais uma vez, correm o risco de fracassar, caso nos anos vindouros se deixem induzir por suas elites dominantes, tal como ocorreu no passado, a percorrer os caminhos da modernização reflexa pela via da dependência. (RIBEIRO, 1991, p. 14).

Especificamente com relação à estrutura da *Universidade Necessária*, Darcy Ribeiro propõe uma integração entre os sujeitos que compõem o espaço universitário na luta contra os projetos de colonização cultural que contribuem para a perpetuação do subdesenvolvimento e da dependência externa. Em suas reflexões destacam-se as tensões entre as próprias potências centrais e como estas vem debilitando, ao longo do tempo, os mecanismos de preservação da ordem capitalista, abrindo, assim, outras possibilidades de construção societária. Conforme suas palavras: “O certo é que as manifestações de descontentamento contra a universidade e as sociedades, tal como são agora, por seu caráter universal, parecem anunciar o advento de novas formas de uma e outras” (RIBEIRO, 1991, p. 17).

Podemos afirmar que todo o seu esforço como *idealizador/fazedor* com vistas à reestruturação da universidade, ancorou-se fundamentalmente na resignificação do papel desta em sua função social na luta contra o subdesenvolvimento. Assim,

procurou questionar os bastidores da instituição e os valores/conduitas da sociedade da qual faz parte, percebendo-a como um importante agente de reprodução do mundo em que vivemos, e com potencial necessário para a transformação. Em seu entendimento, reforma universitária e mudanças sociais caminham lado a lado.

As utopias concretas de Darcy Ribeiro: UNB e UENF

O percurso da origem de Brasília até a criação de uma universidade na nova capital foi extremamente tortuoso. A proposta da criação da Universidade de Brasília (UnB) foi encaminhada por Juscelino Kubitschek ao Congresso no dia da inauguração da cidade, em 21 de abril de 1960. Desde então, até fins de 1961, uma intensa atividade foi desenvolvida para a concretização dessa empreitada, sendo Darcy responsável pelo direcionamento da discussão. Todo esse processo merece destaque, tendo em vista que a UnB, antes da sua concretude física, passou por um Congresso Nacional em meio à turbulência causada com a renúncia de Jânio Quadros.

Após a aprovação do projeto na Câmara Federal, Darcy Ribeiro, por meio de uma aliança com Filinto Müller, conseguiu, também, a aprovação da UnB no Senado Federal. Com extrema percepção política, percebeu o *momento-oportuno* e aproveitou a porta que se abriu para tentar fundar sua utópica Universidade da América Latina. Desta forma, em 15 de dezembro de 1961, o presidente João Goulart sancionou a Lei nº 3.998, que autorizava o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília (FUB), mantenedora da futura universidade.

Após as negociações preliminares, logo na primeira reunião do Conselho Universitário, Darcy Ribeiro seria eleito o Reitor da nova instituição⁵. Deste modo, nascia naquele momento a mais moderna universidade brasileira, sendo a primeira instituição de ensino superior no Brasil a ter proclamado com todas as letras: “Formar cidadãos empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas com que se defronta o povo brasileiro na luta por seu desenvolvimento econômico e social”, conforme o artigo 2º do Decreto nº 1.872, de 12 de dezembro de 1962.

Para que a Universidade fosse transformadora, precisaria estar integrada à sociedade e cumprir seu caráter público, realizando sua função social. O oposto seria a universidade burocratizada e profissionalizante, como mera reprodutora de técnicas, cujo objetivo principal somente atenderia às necessidades do mercado, contribuindo para a manutenção dos interesses das elites dominantes. Logo, para os

5 A lei que autorizou a criação da Fundação Universidade de Brasília é de 1961. Por esse motivo é que em algumas fontes se diz que a UnB foi “criada” em 1961, apesar de a inauguração efetiva do *campus* ter sido em 1962.

idealizadores da UnB, esse tipo de universidade (profissionalizante e asséptica) não seria capaz de criação e transformação da realidade nacional, muito pelo contrário, serviria apenas como uma instituição mantenedora do *status quo*.

Darcy defende que a universidade possui a mais alta responsabilidade para o exercício das funções relacionadas à conscientização crítica da sociedade, além de sua extrema capacidade de desenvolver a criatividade cultural e científica. Trata-se de uma instituição social, que deve ser politizada em prol do desenvolvimento de uma nação autônoma, em que o saber científico não atua de forma neutra. Portanto, ao se despolitizar ou colocar condições à universidade, se abriria um grande espaço para a submissão aos “interesses menos nobres”, aos interesses de poucos e, principalmente, aos interesses privados.

Para aqueles que defendem uma suposta neutralidade das instituições, em especial as educativas, é importante entender que o fechamento e a despolitização designam o âmbito do privado, da “priva-cidade”. Da privação da cidade⁶. Enquanto seu oposto, a abertura, define o âmbito do público. E se o propósito da educação é abrir o que está fechado e fechar, quando necessário, o que está escancarado, vulnerável, é possível afirmar que a educação despolitizada não é capaz de formar, ela “de-forma”.

Em linhas gerais, podemos identificar as inovações da UnB na comparação apresentada a seguir⁷:

Universidade brasileira tradicional

- Caráter de federação de escolas profissionais autárquicas e estanques, desprovidas de qualquer integrativo que lhes permita comunicar, interagir e cooperar;
- Esbanjamento de recursos tanto pela subutilização das disponibilidades materiais e humanas como pelas suntuosas edificações e equipamentos/instalações vistosos, mas dispensáveis;
- Estrutura profissionalista e unitarista que, fazendo corresponder a cada carreira uma escola, restringe a mobilidade do estudante, impedindo a troca de carreiras;
- Universidade colonizada e propensa ao mimetismo cultural, mas inautêntica por sua infidelidade aos padrões científicos internacionais, além de irresponsável na

⁶ A cidade (do grego *pólis*; *Cidade-estado*), em seu sentido socio-filosófico é a unidade política e social que serve de base para a agregação dos humanos. Logo, a cidade é responsável por esse agrupamento humano no qual cada pessoa é responsável pela existência de sua *pólis*, isto é, do conjunto social, ao contrário da “priva-cidade”, onde as questões políticas (deliberações coletivas) ficam reservadas ao âmbito privado.

⁷ Essa comparação é uma livre adaptação feita pelos autores que tem como fundamento as obras de Darcy Ribeiro: *A Universidade Necessária* (1991); *O Brasil como Problema* (1995); *Testemunho* (2009); *UnB: Invenção e Descaminho* (1978) e *Universidade pra quê?* (1985).

concessão de títulos e graus acadêmicos;

- Sujeição à hegemonia catedrática, na qual o professor vitalício tem a predisposição de escolher seu sucessor, dificultando a formação de pessoal mais qualificado. Carência de programas de pós-graduação para formar e expandir as atividades de pesquisa e aprofundar o conhecimento da realidade brasileira;
- Incapacidade de dominar o saber científico e humanístico moderno, de cultivá-los por meio de pesquisas e estudos, de difundir-los por meio de um ensino de padrão razoável, visando às soluções dos graves problemas nacionais;

Universidade de Brasília (UnB)

- Integração mais completa entre os órgãos da instituição: institutos, faculdades e unidades complementares e, também, com os setores produtivos do país que deverão empregar os profissionais que ela formar;
- Evitar a multiplicação desnecessária e onerosa de instalações e equipamentos, permitindo a concentração e o melhor aproveitamento de recursos materiais e humanos;
- Proporcionar modalidades novas de formação científica e especialização profissional e dar ao estudante após seu ingresso uma oportunidade de optar, quando mais amadurecido e mais bem informado, por uma nova orientação profissional;
- Preocupação com a seleção dos futuros quadros científicos e culturais do país porque, ao invés de fazer-se a seleção dentre os poucos alunos que, concluindo o nível médio, se decidem por determinada orientação profissional, far-se-á entre todos os alunos que frequentam os institutos centrais e aí revelem aptidão para desenvolver pesquisas;
- Estabelecer a distinção entre atividades de preparação científica e as de formação profissional. Para isso, cria condições para que as faculdades cuidem melhor do seu campo específico de ensino e pesquisa aplicada, deixando aos institutos centrais as pesquisas básicas.
- Desenvolver programas tanto científicos quanto humanísticos a fim de proporcionar ao futuro cientista ou profissional a oportunidade de fazer-se, também, herdeiro do patrimônio cultural e artístico da humanidade, além de ensinar uma integração mais completa da universidade com o país pela atenção aos problemas nacionais como tema de estudos e de assessoramento público.

Darcy Ribeiro sabia que a almejada autonomia não se alcança somente com recursos, mas, sobretudo, com a liberdade de *pensamento-ação*. Nesse sentido, a UnB ousou ser um palco de discussão em uma época tensionada, fazendo a opção de não

cercear as liberdades individuais e coletivas, uma vez que o principal norte era o desenvolvimento autônomo do país e da sociedade. O Brasil, nos dizeres de Darcy, “[...] não precisa de mais uma Universidade conivente com o atraso e a dependência. A Universidade necessita ter a utopia que ordene e concatene suas ações, proponha soluções e que tenha um plano de si mesma” (RIBEIRO, 1991, p. 78).

Sempre na busca de novas utopias, Darcy Ribeiro nos anos de 1990 planeja e constrói a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Essa criação teve como fundamento a concepção de uma universidade projetada para o futuro (*A Universidade do Terceiro Milênio*), capaz de atender às demandas crescentes de um mundo em constante transformação. Ele nos alerta em tom profético:

Com efeito, poucos anos nos separam do ano 2000. A maioria dos brasileiros estará viva no dia da passagem do segundo para o terceiro milênio, os alunos matriculados hoje nas universidades, nele é que trabalharão. Mas é de se perguntar se o Brasil de hoje, o povo brasileiro e, inclusive, a cultura acadêmica cultivada nas universidades, estão prontos e maduros para esse trânsito. A Civilização Emergente, como já se disse, tem como marca distintiva a de que se fundará nas ciências básicas e nas práticas tecnológicas que estão se gestando em nossos dias. Seu domínio, cultivo e ensino são condições essenciais para que não nos atrasemos, uma vez mais, na história. (RIBEIRO, 1995, p. 220).

Deste modo, visando atender a esse paradigma de universidade de ponta, a UENF foi a primeira instituição de ensino superior no Brasil que iniciou com um quadro docente em que todos os professores possuíam nível doutoral e, diferentemente da maioria das universidades brasileiras – onde a divisão estrutural é realizada sob a forma de departamentos/institutos –, a UENF se articulou por meio de centros, que são compostos de laboratórios temáticos e multidisciplinares.

Darcy Ribeiro, ao projetar a UENF, tinha em mente uma universidade moderna, capaz de dominar, transmitir conjunta e integralmente as novas ciências e tecnologias, além de garantir à região Norte Fluminense os instrumentos técnicos, científicos e pessoal qualificado indispensáveis ao desenvolvimento das atividades produtivas, notadamente no que se refere à exploração de petróleo e gás e à modernização do setor agrário.

Para viabilizar o projeto, em setembro de 1991, Darcy Ribeiro licenciou-se de seu mandato de Senador da República⁸ a fim de assumir a Secretaria Estadual de Projetos Especiais de Educação do governo do estado do Rio de Janeiro.

8 Sua cadeira no Senado foi então ocupada pelo suplente Abdias do Nascimento, ligado ao movimento negro (Conf. DARCY RIBEIRO SENADOR, c2022).

Além da preocupação com a infraestrutura arquitetônica, também valorizou a concepção acadêmica. Para avançar nesta questão, cercou-se de pesquisadores renomados para elaborar e apresentar o projeto da “Universidade do Terceiro Milênio”:

Para começar, nós recrutamos como professores os melhores cientistas no Brasil e até no exterior. A receptividade foi enorme. Entre eles estão Carlos Dias, a maior autoridade em Geofísica do Brasil (UFPA); o Doutor em Biofísica da UFRJ, Wanderley de Souza; Nilton Rocha Leal, especialista em Genética (Embrapa). E contratamos também 15 sábios da Rússia. Também vieram professores de Cuba, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. Isso foi possível porque pela primeira vez no mundo há uma grande oferta de pessoal científico de nível quase *Prêmio Nobel*. A crise que houve com o mundo soviético fez com que muitos cientistas não tivessem mais condições de continuar trabalhando no país. [...] eu chamo a UENF de Universidade do Terceiro Milênio. Será um risco mortal para o Brasil não se integrar nessa nova era da ciência e tecnologia. (RIBEIRO, 1994, p. 194).

Darcy Ribeiro estava convicto da necessidade da criação de uma nova universidade, que contribuísse para a superação do *atraso* (regional/nacional) – essa era uma tarefa prioritária. No seu entendimento, com a *modernização reflexa*, o atraso não seria superado jamais, o que poderia acontecer residualmente é que alguns brasileiros (grupos pertencentes às elites dirigentes) teriam a oportunidade de experimentar os bens da modernidade, mas o país manteria sua inserção subordinada a sistemas tecnológicos externos.

Apenas pela *aceleração evolutiva*, mediante a mobilização de fatores endógenos à própria sociedade, é que seria possível almejar o desenvolvimento autônomo, com base no potencial de criação e produção/domínio do conhecimento. Para ele, naquele momento, a Universidade Estadual do Norte Fluminense deveria ser uma das protagonistas do binômio modernização/progresso econômico.

Desta forma, propunha constituir uma *universidade de pesquisa* voltada para a *aceleração* das potencialidades econômicas do norte do estado do Rio de Janeiro, com influências socioculturais em todo o país. Conforme seu entendimento, nascia uma instituição imbuída da *missão histórica* de atualizar o Brasil em relação aos principais campos do saber, mediante seus laboratórios temáticos e centros integrados e de experimentação, nos quais as tecnologias mais avançadas poderiam ser praticadas, ensinadas e, principalmente, criadas de forma autônoma.

Vale lembrar que Darcy Ribeiro foi visionário ao enxergar o potencial do petróleo/gás na região Norte Fluminense e a urgência dos investimentos de ciência e tecnologia (C&T) nessa área, muito antes da descoberta do pré-sal. Ao assumir o

compromisso de projetar a UENF, teve a capacidade de vislumbrar a necessidade da simbiose conhecimento/aplicação com base nas tecnologias de última geração.

O plano original idealizado para a UENF sofreu algumas apropriações e não se concretizou plenamente na prática. Mas entender a jovem instituição como um comprometimento da *aventura histórica* de se criar uma *Universidade-Semente* em parâmetros elevados, é certamente a grande herança intelectual deixada por todos que estiveram engajados à frente deste movimento por uma universidade pública e autônoma no Norte Fluminense. Vale a pena, mais uma vez, lembrar Darcy Ribeiro quando nos alertou sobre a possibilidade de sermos somente consumidores dos “frutos” de uma modernização reflexa:

Surge no horizonte uma outra revolução tecnológica mais radical que as anteriores. Se uma vez mais nos deixarmos fazer consumidores de seus frutos, em lugar de dominadores de sua tecnologia nova, as ameaças sobre a nossa sobrevivência e sobre a soberania nacional serão ainda mais intensas. (RIBEIRO, 1996, p. 262).

Em 23 de outubro de 2001, data da promulgação da Lei Complementar nº 99, Darcy Ribeiro (já falecido em 1997) tem seu nome incorporado ao da UENF. Assim, apesar de todas as tensões que envolveram a criação da *Universidade do Terceiro Milênio*, seu nome ficou registrado para sempre na instituição, marcando a utopia do homem que viveu o seu tempo e projetou o futuro.

Universidade Necessária e América Latina: influências e caminhos

Ao buscar entender a universidade latino-americana, Darcy Ribeiro identificou como principal força renovadora a Reforma de Córdoba, de 1918⁹. Assim, investigamos os pressupostos que o levam a considerar *O Manifesto de Córdoba* como um marco, identificando alguns aspectos desse ideário.

Esse ideário reformista diz respeito ao contexto social latino-americano em que as elites intelectuais começam a tomar consciência do caráter autoperpetuador de seu atraso em relação a outras nações e das responsabilidades sociais da universidade para com o desenvolvimento nacional em bases modernas e democráticas:

9 A Reforma de Córdoba de 1918, na Argentina, é um marco histórico fundamental para se compreender os demais processos de reforma universitária ocorridos em outros países latino-americanos, tais como: Peru, Cuba, Uruguai, Chile e outros, o que a torna referência obrigatória em qualquer debate que tenha por objeto de estudo a democratização da universidade (autonomia, eleição de dirigentes, concursos públicos, docência livre, gratuidade do ensino, democratização do acesso, integração, entres outras possibilidades).

As universidades foram até aqui o refúgio secular dos mediócras e o que é pior ainda – o lugar em que todas as formas de tiranizar e de insensibilizar encontraram a cátedra que as ditasse. As universidades chegaram a ser assim o reflexo fiel destas sociedades decadentes que se empenham em oferecer o triste espetáculo de uma imobilidade senil. É por isso que a ciência frente a estas casas mudas e fechadas, passa silenciosa ou entra mutilada e grotesca ao serviço burócrático. Nosso regime universitário é anacrônico. Está fundado em uma espécie de direito divino: o direito divino do professorado universitário. (TUNNERMANN, 2008, p.35)

Como podemos observar, as características diferenciais das universidades hispano-americanas provêm do programa de Córdoba,¹⁰ destacadas algumas de suas principais postulações, como, por exemplo, a autonomia política docente e administrativa da universidade; a seleção de corpo docente por meio de concursos públicos; liberdade docente; a eleição de todos os mandatários da universidade em assembleias, com representação de professores, estudantes e egressos; a gratuidade do ensino superior; assunção, pela universidade, de responsabilidades políticas com a nação; a defesa da democracia, entre outras.

É digna de nota a atualidade de alguns de seus postulados, ainda que reconheçamos a especificidade de cada país, e aponta-se que esse marco histórico é fundamental para entendermos o processo da reconstrução intelectual universitária latino-americana. Deste modo, é a partir desse movimento que o desejo pela reforma da universidade tradicional e elitista passa a apresentar características semelhantes, em que os privilégios e a tirania das cátedras são questionados.

Assim, um dos eixos norteadores da reforma contemplava a questão da autonomia das instituições. Ao mesmo tempo em que foi uma reforma reivindicada por estudantes e professores jovens, o marco liberal orientou as diretrizes referentes à educação de um modo geral, de modo que o Estado deveria ser o principal agente educativo, uma vez que a sociedade civil ainda não demonstrava um potencial de organização coletiva.

As análises de José Carlos Mariátegui sobre os acontecimentos de Córdoba atestam

10 Sobre a Reforma Universitária de Córdoba: “O movimento estudantil, que se iniciou com as lutas dos estudantes de Córdoba pela reforma da universidade, assinala o nascimento da nova geração latino-americana. A ânsia da reforma apresenta-se com características idênticas, em todas as universidades latino-americanas. Os estudantes de toda a América Latina, ainda que levados à luta por protestos peculiares de sua própria vida parecem falar a mesma linguagem. Esse movimento intimamente conectado com a vigorosa agitação do pós I Guerra Mundial (1914-1918). As esperanças messiânicas, os sentimentos revolucionários, as paixões místicas próprias do pós-guerra, repercutiram particularmente na juventude universitária da América Latina” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 129-130).

que o movimento reformista, no princípio, careceu de homogeneidade e autonomia, aceitando como novas as ideias democrático-liberais; mas justamente por sua ação próxima e crescente com o avanço das classes trabalhadoras e a diminuição dos velhos privilégios econômicos é que o movimento pôde ser compreendido como um processo de renovação do pensamento crítico-social latino-americano.

Importante pontuar que o movimento dessa reforma não deve ser analisado a partir de uma agenda exclusivamente voltada para a educação superior, mas necessita ser considerado levando-se em conta a relação entre universidade-política. A experiência ocorrida em Córdoba é lembrada pelo caráter radical da reforma estudantil e pela luta por uma universidade científica, moderna e democrática. Muito além do caráter local, esse movimento se insere no contexto de uma sociedade que assiste ao fim da I Guerra Mundial, à Revolução Russa e à crescente urbanização e proletarização. Sobre as mudanças no plano da vida social na América Latina destacamos as reflexões de Ruy Mauro Marini:

A divisão internacional do trabalho que teve lugar no período após a I Guerra Mundial abre espaço para que nos países latino-americanos se comece um processo de industrialização, cuja contrapartida é a criação do mercado interno, o qual impacta a diferenciação de classes. Os movimentos de classe média e classe operária impõem novas alianças sociopolíticas radicalizando as contradições entre a oligarquia agro-comercial e a burguesia industrial, levando a novos tipos de Estado, baseados no nacionalismo e em pactos menos excludentes. Paralelamente, se intensificam as relações comerciais e políticas entre os países da Região, suporte necessário para o conceito autônomo de latino-americanismo. (MARINI, 2007, p. 228).

Sobre Córdoba, Darcy Ribeiro a define como a principal força renovadora da universidade e do pensamento latino-americano. Em sua análise sobre o tema, assim se manifesta:

Dada sua amplitude e ambições, este programa continua sendo a bandeira de luta tanto dos estudantes como de grande parte dos professores latino-americanos. Sua pedra de toque, entretanto é o regime do co-governo, acusados por uns de degradar a universidade, de politizá-la e impedi-la de exercer suas funções fundamentais e visto por outros como o grande motivo de orgulho das universidades hispano-americanas. (RIBEIRO, 1991, p. 124).

Suas reflexões prosseguem indicando que os dois juízos acima descritos polarizam as posturas mais reacionárias e mais progressistas dentro da própria instituição universitária. Uma apreciação crítica sobre o cogoverno indica que ele, como qualquer outra ação que seja empreendida como estratégia de mudança, poderia

tanto conduzir a universidade a deformações quanto a avanços, mas, sem dúvida, tal concepção de gestão assumiu um protagonismo no debate, para além dos muros da universidade.

Torna-se importante frisar que os princípios nortedores da Reforma de Córdoba, destacadamente aqueles relacionados à autonomia universitária (de ordem administrativa, financeira e pedagógica), representatividade e o comprometimento com as questões sociais, permanecem como referência para (re)pensarmos a instituição universitária até os dias de hoje. Nesse sentido, é oportuna a análise de Roberto Leher sobre essa questão:

Não deixa de ser surpreendente que docentes estudiosos da educação superior em distintos países latinoamericanos reivindicuem como atuais os grandes eixos das lutas de Córdoba. A preocupação com o pluralismo, a liberdade de pensamento e a autonomia universitária vem sendo sustentada como um tema prioritário, tendo em vista a crescente dependência das universidades aos imperativos financeiros e instituições particularistas. Tais imperativos direcionam as atividades universitárias de modo discriminatório, privilegiando as esferas mercantis e penalizando as pesquisas básicas (gramscianamente) desinteressadas e, principalmente, as investigações motivadas pela necessidade de enfrentar os grandes problemas nacionais dos povos e, por isso mesmo, críticas ao padrão de acumulação em curso e à sua superestrutura ideológica, o social-liberalismo. (LEHER, 2008, p. 58).

Ao revermos o ideário contido no referido movimento, é possível perceber sua influência no pensamento de Darcy Ribeiro em suas propostas para a *Universidade Necessária* no plano nacional dos países latino-americanos, mas também como importante instância articuladora da *Pátria Grande*. Reforçamos a atualidade de seus ensinamentos, que em muito podem contribuir para a realização de um projeto de renovação institucional que tenha como principal finalidade sua autonomia e emancipação. Um projeto que seja: “[...] tão significativo para a geração atual quanto foi o manifesto de Córdoba para a geração dos últimos cinquenta anos” (RIBEIRO, 1991, p. 126).

Para Darcy, a grande tensão que envolve a universidade está entre dois modelos: o primeiro refere-se à “modernização reflexa”, que sustenta a suposição de que a universidade, para se tornar igual às “universidades adiantadas”, tem que passar por “aperfeiçoamentos e inovações” conforme os parâmetros ditados pelos países centrais, isto é, a cópia deformada dos modelos externos; o segundo modelo seria o “desenvolvimento autônomo” (ou “política autônoma”), que defende uma universidade que escape da função de “perpetuadora das instituições sociais” a partir de uma independência intencional de suas formas de pensar-agir.

No tocante à “modernização reflexa”, Darcy Ribeiro é bastante enfático, afirmando que é um processo que nos torna “proletários externos de outros povos”, pois fazemos parte de um modo de produção integrado a um plano global, assim, pertencentes de uma “mesma história”, uns autonomamente e outros, dependentes. Desta forma, privilegiando-se a “política de modernização”, a nossa universidade latino-americana permanece inconsciente de si mesma e da sociedade a que serve.

Por outro lado, o “desenvolvimento autônomo” requer o máximo de lucidez e de intencionalidade, tanto em relação à sociedade nacional como no correspondente à universidade, o que implica diagnosticar os problemas e estabelecer objetivos estratégicos visando uma *Universidade-instrumento*:

Enquanto a política modernizadora aspira, só a reformar a universidade, de modo a torná-la mais eficiente no exercício de suas funções conservadoras dentro de sociedades dependentes e submetidas à espoliação neocolonial, a política autônoma pretende transfigurar a universidade como um passo no sentido da transformação da própria sociedade, a fim de permitir-lhe, em prazos previsíveis, evoluir da situação de proletariado externo – limitado a satisfazer condições de vida e de prosperidade de outras nações – à dignidade de povo para si, senhor do comando de seu destino e disposto a integrar-se na civilização emergente como nação autônoma. (RIBEIRO, 1991, p. 26).

Assim, em seus estudos como especialista e reformador de universidades, ele apontava que, para o desenvolvimento nacional dos países subdesenvolvidos, todos os tipos de ensino deveriam ser elevados; entretanto, caberia à universidade o papel de destaque, pois ela seria um ponto de resistência, principalmente, para a América Latina na luta contra a “modernização reflexa”, cujos benefícios são restritos a segmentos sociais específicos, sem nenhuma pretensão de se estender à totalidade da população.

Mas seria possível pensar uma universidade (nos países periféricos) como alavanca da aceleração e superação da dependência? Tal questão remetia a outras muito mais agudas, pois não podemos nos esquecer de que os encaminhamentos dados a esse tipo de universidade autônoma afetariam os destinos da sociedade em seu conjunto. Conforme Darcy Ribeiro:

Esta questão provoca várias outras mais concretas: podem nações subdesenvolvidas ter universidades desenvolvidas? Poderemos financiar, com os magros recursos do subdesenvolvimento, a implantação de universidades melhores? Que tipo de organização deve corresponder às universidades empenhadas na luta pelo desenvolvimento nacional autônomo?

Será possível, mediante a instituição do autogoverno, e explorando as contradições da própria clientela universitária, reestruturá-la para que sirva mais à mudança do que à preservação da estrutura social vigente? (RIBEIRO, 1991, p. 31).

Ao buscar responder essas inquietações, devemos lembrar que as opções das elites dirigentes latino-americanas apartadas do povo, sempre representaram um entrave à elaboração de projetos emancipatórios:

O povo foi excluído do projeto, porque compelido a exercer o papel de proletariado externo dos núcleos cênicos de um sistema econômico de base mundial, e destinado a manter, com seu trabalho, os privilégios da classe dominante nativa e os lucros de seus associados estrangeiros. Nossos próprios esforços no sentido do conhecimento da realidade física e social de nossos países foram, provavelmente, menores do que poderiam ter sido, e para eles as universidades nem sempre concorreram com a maior contribuição. [...] Ainda hoje, a produção científica da América Latina, referente à sua realidade, é menos abundante e, quiçá menos valiosa do que a estrangeira. Quem quiser entender-nos aqui ou alhures, terá geralmente de recorrer antes à bibliografia estrangeira do que a nacional, nas diversas disciplinas científicas. (RIBEIRO, 1991, p. 32).

Cabe ressaltar, que a questão central apontada por Darcy Ribeiro não é uma fobia ao estrangeiro, mas a responsabilidade por nosso destino, isto é, temos que ser responsáveis pela edificação de uma instituição que possa ser uma *Universidade-instrumento* na construção de nações autônomas. Caso contrário, ficaremos reféns de decisões externas ou de setores hegemônicos locais que vão reforçar os pressupostos da “neocolonização”, impossibilitando-nos de diagnosticar nossa realidade e inviabilizando propostas originais que possam atender a maioria das populações latino-americanas.

Logo, o alvo estratégico para a construção dessa *Universidade Necessária* aponta para um enfrentamento às elites dirigentes que se beneficiam e colaboram para promover os interesses estrangeiros – grupos que defendem que o futuro de nossa universidade consiste em manter-se dependentemente atada ao modelo externo, como resalta, mais uma vez, Darcy Ribeiro:

Quando se pensa na generosidade de fundações, banqueiros e governos estrangeiros, a oferecer empréstimos dadivosos e a patrocinar pesquisas, a mandar especialistas solícitos para prodigalizar conselhos e promover conferências interamericanas em que a integração universitária é elevada ao nível de importância dos problemas do mercado comum, ou da defesa continental, cumpre indagar: que há por trás de tudo isto? E, mesmo não sendo possível afirmar que toda a ajuda e todas as intenções sejam intrinsecamente inconvenientes, é indispensável

afirmar que elas têm conteúdos políticos não explícitos. (RIBEIRO, 1991, p. 38)

Devemos ter a devida atenção para a crescente intervenção das instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e sua agenda educacional¹¹ para os chamados países em desenvolvimento. Desta forma, as análises de Darcy Ribeiro no tocante à educação-dependência e economia-mercado revelam-se muito atuais para compreendermos as diferentes realidades da América Latina e o panorama internacional.

Atualizando essa discussão, assinalamos que, em função dos avanços desmedidos do modo de produção capitalista¹², as “metamorfoses do capital” estão afetando diretamente, também, os países centrais, como podemos verificar nos estudos recentes de Belmiro Gil Cabrito sobre a “dependência européia”:

Apesar das ‘boas intenções’ veiculadas na retórica de responsáveis da União Européia após inúmeras reuniões e cúpulas, no sentido do reforço da coesão social e do desenvolvimento dos indivíduos e das populações e inerentes à construção de uma sociedade do conhecimento, coloca-se uma questão fundamental: será que o processo iniciado com a *Declaração de Bolonha* contribuirá para aquele desenvolvimento pessoal e coesão ou é mais um instrumento globalizado cujas propostas nas teorias do capital humano, servem aos objetivos da economia? (CABRITO, 2009, p. 37).

Se no caso europeu a situação é grave, em particular na América Latina a perspectiva para a construção de uma universidade autônoma e efetivamente necessária permanece distante, conforme se pode identificar nas análises de Pablo Gentili:

Hay un campo em que los gobiernos posneoliberales de América latina parecen enfrentar enormes dificultades, mostrando no pocas limitaciones para implementar políticas democráticas que consoliden su carácter público: las universidades. Por diversos motivos, y a noventa años de la Reforma Universitaria de Córdoba, la delantera em formulación de propuestas de cambio para las universidades latinoamericanas La siguen detentando los sectores más conservadores y tenocráticos de nuestras sociedades. Em rigor, hoy la propia enunciación de la necesidad de una ‘reforma universitaria’ parece patrimonio de quienes

11 A conjuntura histórica internacional das décadas de 1960 e 1970 permitiu ao Banco Mundial (BIRD) assumir o controle da divisão internacional do trabalho e do conhecimento, definindo, desta forma, quais seriam os países produtores de ciência e tecnologia e, principalmente, restringindo as políticas educacionais dos países da África e da América Latina (conforme sinalizado por Silva [2002]).

12 Estamos considerando o desdobramento do modo capitalista de produção, ou melhor, o *sistema metabólico do capital* (Conf. MÉSZÁROS, 2011).

defienden la implementación de políticas de privatización y mercantilización de la enseñanza superior y no de aquellos que defienden una perspectiva transformadora y emancipadora para nuestras sociedades y sus universidades. (GENTILI, 2008, p. 39).

Com base nas reflexões mais contemporâneas, é vital lembramos que o debate sobre a *Universidade Necessária* proposto por Darcy nos anos 1960/1990 continua rondando o nosso presente, e permanecemos nos indagando sobre os grandes dilemas que afetam o Brasil e demais países da América Latina: por que não temos assegurados os direitos humanos: alimentação, saúde, habitação, trabalho, educação, segurança? Por que ainda há tanta exclusão e desigualdade social? Como as instituições educacionais podem ser (re)formadas para contribuir com a autonomia pessoal e nacional dos povos marginalizados e periféricos?

As respostas a essas questões já estão elucidadas, a busca se orienta pela superação dessas indagações, o que nos remete à esfera política-participativa, para a construção de conhecimentos que ofereçam a possibilidade de autonomia dos humanos e suas coletividades (regionais/nacionais) em um novo tempo-espço civilizatório, conforme previu Darcy.

Reconhecemos que a Universidade permanece *necessária*, locus privilegiado para a promoção de pensamento e práticas autônomas, demandando cada vez mais a participação ético-política dos atores envolvidos no espaço acadêmico superior. Entretanto, não podemos ter a ingenuidade de acreditar que bastam o envolvimento e engajamento dessa instituição e sua comunidade acadêmica para empreender a transformação radical de que a nossa sociedade necessita, pois temos um processo histórico de exploração, e a luta e as formas de expropriação assumem na contemporaneidade contornos tanto cruelmente explícitos quanto muito mais sutis.

Considerações em permanente (re)construção

Após 60 anos do primeiro *fazimento* de Darcy Ribeiro para a universidade brasileira, podemos identificar que as utopias presentes em seu pensamento (os projetos originais) não foram plenamente concretizadas, daí o uso da palavra utopia. Segundo esse olhar, teríamos mais um projeto, um sonho, enfim, um “não-lugar ideal”¹³ que não pôde ser realizado plenamente no seu tempo histórico, dadas as condições externas

13 Utopia, do grego: ou: negação; topos: lugar, literalmente significando “não-lugar ou “lugar-nenhum”. Esse termo criado por Tomás Morus em sua obra *Utopia* (1516) tem como idealização um lugar (ilha) perfeito onde existiria uma sociedade imaginária na qual todos os homens e mulheres seriam iguais, livres e, principalmente, viveriam em “harmonia”.

e internas do país. Entretanto, se analisarmos com mais atenção, compreenderemos que a utopia não é para ser concretizada, a utopia é o horizonte que estimula a caminhada dos seres humanos. Neste sentido, certos marcos e personagens históricos (Darcy Ribeiro, sem dúvida é um deles) nos inspiram e nos provocam a avançar na construção de uma *Humanidade para todos os humanos*.

Nessa direção civilizatória, tanto a Universidade de Brasília (UnB) quanto a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) não foram diferentes de tantas outras utopias históricas pelas quais sempre valeu (e vale) a pena lutar, conforme as palavras precisas e necessárias de Eduardo Galeano (2007, p. 310) em sua obra *Janela sobre a Utopia*: “Ela está no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar”.

Darcy Ribeiro propôs uma reforma estrutural nas universidades latino-americanas, alertando que a universidade deveria ser um espaço autônomo de pensamento, como uma utopia a ser perseguida. Em seu modelo de universidade, faz a distinção entre “um fato, no mundo das coisas” e “uma utopia, no mundo das idéias”. Como vimos, sua proposta é baseada em oposição ao que existe, e teria de ser assim para superar o atraso de nossa sociedade: uma universidade proporcionadora de desenvolvimento autônomo em face de um cenário de dependência e colonização cultural.

Nessa tensão entre “o que existe” e o “que precisa existir”, ele aposta na segunda, pois em seu entendimento, a *Universidade-Necessária* deve fomentar os desejos e as demandas concretas da sociedade e, mais ainda, deve direcioná-las criticamente, visando à superação das crises estruturais permanentes. Tal universidade deve apontar como função social formar os quadros que irão ter atuação efetiva no desenvolvimento autônomo do país. Desta forma, em sua análise, é imperativa a responsabilidade dos intelectuais (que estão sendo formados na universidade), no sentido de contribuir para desnaturalizar o nosso aparentemente eterno atraso.

Desta forma, entendemos que as reflexões darcylianias sobre a universidade nos fornecem pistas importantes para que possamos *pensar-agir* em uma direção emancipatória, em que a economia-mercado seja apenas uma das peças que compõem a vida moderna, e não o foco central. Assim, poderemos ousar um *teorizar-fazer* em direção a outro caminho, que não esteja centrado em processos estritamente mercantis.

Nesse caminho tortuoso (com avanços e recuos), é importante elaborarmos estratégias (e as universidades podem contribuir muito nessa direção, com ensino, pesquisa e extensão) que possam contribuir e viabilizar transformações sociais que

atendam às demandas da população, sobretudo dos grupos historicamente excluídos e subalternizados, rompendo com este modelo estrutural de privilégios para as frações de classe que estão no topo da pirâmide social.

Para Darcy Ribeiro, ao pensar a *Universidade Necessária*, profissionais e cientistas formados nessa instituição devem fazer de sua indignação a força para desvelar a nossa condição de periferia e atraso histórico, para que a partir da compreensão dessas estruturas de dependência (intencionalmente construídas) possamos elaborar uma consciência nacional autônoma. Dessa consciência, nascem os fundamentos necessários para o ingresso do “país subdesenvolvido” em uma fase civilizatória que assimila a cultura dominante, mas não ignora a originalidade e as potencialidades de seu povo. Essa ruptura significa uma capacidade de traduzir a vontade de um povo, num sentido efetivo de nação, de completude.

Ao longo deste artigo, nos acompanhou a seguinte indagação: esses questionamentos e tantos outros ainda são válidos para a universidade dos nossos dias? Acreditamos que sim, no sentido de construir estratégias que favoreçam a universidade a repensar as bases sociais em que se fundamenta. Assim como no passado, não será por via da dependência externa ou da dependência local, sob a hegemonia de grupos dominantes com interesse múltiplos e distanciados do povo, que conseguiremos atingir a *Universidade Necessária*. A política de desenvolvimento autônomo exige o máximo de lucidez e de intencionalidade, tanto em relação à sociedade nacional como no correspondente à universidade, e só pode ser executada mediante cuidadoso diagnóstico de seus problemas.

Cabe ressaltar que passados os tempos de deslumbramento com a “modernização”, hoje seguramente identificamos que a sua defesa imediata não tem ressonância, pois é fácil constatar as consequências perversas dessa “modernização”, com a produção dos bens apropriada por setores minoritários da sociedade, que utilizaram o poder midiático para silenciar propostas alternativas e plausíveis de outras possibilidades societárias. Essa nova (des)ordem global nos desafia a refletir e a recuperar o arcabouço teórico e as ações concretas dos intelectuais que acreditaram na construção de projetos de nações autônomas. Darcy, com todas as críticas possíveis (e não foram poucas), foi um desses personagens que ousaram pensar e falar, de igual para igual, com as nações que estavam no centro decisório do mundo, uma fala que tinha como objetivo central a autonomia do seu próprio país, de sua nação tropical e mestiça.

Referências

BRASIL. Decreto nº 1.872, de 12 de dezembro de 1962. Aprova o Estatuto da Universidade de

Brasília. Rio de Janeiro, 1962.

CABRITO, Belmiro Gil. Globalização e mudanças recentes no ensino superior na Europa: O processo de Bolonha entre as promessas e as realidades. In: MANCEBO, Daise (Org.) **Reformas da educação superior: cenários passados e contradições do presente**. São Paulo: Xamã, 2009. p.35-59.

DARCY RIBEIRO SENADOR. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, c2022. Disponível em: <www.fgv.cpdoc.br>. Acesso em: 20 mar. 2022.

GALEANO, Eduardo. **As palavras andantes**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

GENTILI, Pablo. **La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después**. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LEHER, Roberto. Reforma universitária de Córdoba, noventa anos: um acontecimento fundacional para a universidade latinoamericana. In: GENTILI, Pablo (Org.). **La reforma universitaria**. Buenos Aires: CLACSO, 2008. p. 52-65.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular; CLACSO, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina, dependencia y globalización**. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência**. São Paulo: Boitempo, 2011. v. II.

RIBEIRO, Darcy. **Testemunho**. Rio de Janeiro: Apicuri; Brasília: UnB, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **Darcy Ribeiro** (Org. Guilherme Zarvos). Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007. (Coleção Encontros).

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **O Brasil como problema**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

RIBEIRO, Darcy. Salvemos a Nação Brasileira [Entrevista/Notas e Plano Orientador da UENF]. **Carta 1**, n. 10, 1994.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIBEIRO, Darcy. **América Latina: a pátria grande**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

RIBEIRO, Darcy. **Universidade pra quê?** Brasília: Editora da UNB, 1985.

RIBEIRO, Darcy. **UnB: Invenção e descaminho**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento cultural desigual dos povos americanos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial**. São Paulo: Autores Associados; FAPESP, 2002.

TUNNERMANN, Carlos. **90 anos de la Reforma Universitaria de Cordoba (1918-2008)**. Manágua, Editorial Hispamer, 2008.